

3.

Uma história de NEAB's no Rio de Janeiro

... todo grupo social necessita legitimar os seus valores e representações, mediante a elaboração de instituições que lhe assegurem a excelência e a permanência ao longo do tempo.

Monique Augras, 2003.

“A sabedoria é como o tronco de um embondeiro.
Uma pessoa sozinha não consegue abraçá-lo.”

Heloísa Pires, 2005.

3.1.

Antecedentes históricos

Vivemos em um momento histórico no qual a idéia de Estado-nação sofre um enfraquecimento a partir de conflitos sociais e políticos em várias partes do mundo, na medida em que o seu mecanismo central, a globalização, fragmenta a soberania dos povos.

A noção de globalização – isto é, a interdependência cada vez maior dos mercados em um processo de internacionalização que principiou no século XIX, bem como das suas produções materiais, culturais e simbólicas – foi intensificada a partir da década de 1970, com as mudanças estruturais ocorridas no capitalismo. Essas mudanças se caracterizam pela crise gerada com a alta dos preços do petróleo no cenário mundial, pela reestruturação do mercado de trabalho, pela informatização do meio técnico-científico e pela financeirização do capital, tornando difícil o seu controle pelas regras jurídicas do Estado-nação.

Esse novo contexto coloca e redireciona a idéia de “cidadania”¹² nos países em desenvolvimento, principalmente nos continentes da África e da América Latina, ante um novo desafio que pode ser tomado sob duas perspectivas: a primeira externa, ou cosmopolita e a segunda interna, ou cosmopolita – que consideramos de grande relevância. Neste momento,

... há uma redefinição da democracia nos países do Sul, especialmente em Portugal, Moçambique, África do Sul, Brasil, Colômbia e Índia, países estudados na obra, com

¹² O conceito e a prática de cidadania foram moldados ao longo da História pelas mudanças nas estruturas socioeconômicas e as necessidades de cada época. Assim, deve-se esclarecer que neste trabalho ao usarmos o termo cidadania sempre o faremos entre aspas, pois não estamos trabalhando com nenhum conceito definido por teóricos específicos, e sim com a idéia de vida em sociedade e de condições de igualdade política e civil.

muitos pontos em comum com as teorias não-hegemônicas dos países centrais, mas algo distinto delas levando em conta as particularidades locais (Santos, 2002, 19).

Originalmente, a noção de “cidadania” remetia a um *status* que era concedido aos indivíduos que pertenciam e viviam em um determinado Estado-nação, configurado dentro de um território. Como, então, conceber “cidadania” na atualidade, momento em que a sociedade é entendida como “sem fronteiras” pelas rápidas transformações ocorridas no mundo técnico-informacional e pelo processo de mundialização da cultura e do capital financeiro?

Como diria Hannah Arendt:

Um cidadão é, por definição, um cidadão entre cidadãos de um país entre países. Seus direitos e deveres devem ser definidos e limitados, não só pelos de seus companheiros cidadãos, mas também pelas fronteiras de um território. A filosofia pode conceber um globo como a terra natal da humanidade e uma lei não-escrita eterna e válida para todos. A política trata dos homens, nativos de muitos países e herdeiros de muitos passados; suas leis são as cercas positivamente estabelecidas que cingem, protegem e limitam o espaço onde a liberdade não é um conceito, mas uma realidade política viva (Arendt, 1987, 75).

Levando este questionamento mais adiante: como podemos pensar a “cidadania” no Brasil, na perspectiva das populações negras? A quem esta “cidadania” política, como definida por Arendt, foi historicamente negada?

Em um mundo dito “globalizado”, os países formam blocos transnacionais, procurando estender acordos para além do comércio, em busca de fortalecer a si próprios, através de intercâmbios acadêmicos, culturais e de esforços de cooperação nas áreas econômica, científica e tecnológica. Neste mesmo contexto, são também vividos incontáveis conflitos étnicos e políticos, marcados por atores sociais que, por razões históricas peculiares às suas sociedades, ao mesmo tempo “recusam” e “exigem” uma “cidadania cosmopolita”.

Como exemplo disso, podemos mencionar o movimento zapatista na América Central; os conflitos de diversos povos indígenas na América do Sul e a reivindicação das populações negras por políticas de ações afirmativas no Brasil, entre outros, que ilustram este processo contraditório de exigir/recusar esta forma de “cidadania” abstrata, ou filosófica. Essas reivindicações são historicamente legítimas, embora os argumentos utilizados sejam muitas vezes frágeis, como nos ensina Arendt.

Essa dupla perspectiva da “cidadania” apresenta também o duplo caráter de uma sociedade global que se esparrama pelos quatro cantos do planeta atualmente.

Essa questão torna-se ainda mais complexa quando pensamos a “cidadania” no Brasil nesse contexto internacional - e em particular a das populações negras brasileiras - acrescida do fato de que a partir de meados da década de 1980 o país tenta construir uma cultura política de democracia, através da construção e consolidação de instituições que estendam a “cidadania” política a todos os brasileiros.

Nesse período, a Nova Ordem Mundial impôs a qualquer custo um crescimento real ou aparente. Para que isso fosse alcançado, os países emergentes viram-se forçados a se re-organizar e a criarem novas discussões e planos que fossem ao encontro da nova ordem emergente. Segundo Joel de Araújo:

As alterações ocorridas fizeram com que o panorama geopolítico nacional e internacional passasse a buscar novos arranjos. Modificou - se a estrutura interna dos Estados – Nação, novas diretrizes foram traçadas, elaboradas novas legislações e Tratados, modas padronizadas, união de países, como ainda a criação e manutenção de conflitos e guerras. Acordos econômicos passaram a predominar na pauta dos assuntos mais importantes e a palavra de ordem atualmente passou a ser a globalização. (ARAÚJO, s/d,2)

No contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988 consolidou uma década de lutas e movimentos sociais em prol de uma república mais democrática. As leis decretadas nessa época marcaram a tríplice dimensão do desenvolvimento da pessoa, do preparo para o exercício da cidadania e da qualificação para o trabalho. O referido documento também aponta a “Educação como direito de todos” (artigo 205), ampliando assim ainda mais, a importância da mesma, a busca da consolidação da cidadania para o homem do século XXI.

A América Latina contemporânea, e o Brasil como parte dela, atravessa um processo de consolidação das instituições democráticas e da sua transparência e isso é reconhecido no contexto internacional como algo positivo para a sedimentação de sociedades democráticas. Porém, devemos reconhecer que a nossa situação socioeconômica não é das melhores. Com a quase impossibilidade de regularização transparente do capital financeiro, o endividamento externo e a falência do financiamento público interno nos principais países do continente, nossas democracias ainda não conseguiram ultrapassar seus aspectos formais. As democracias latino-americanas, e dentre elas a do Brasil, sustenta-se com um caráter eminentemente jurídico, em que os indivíduos vivem em condições materiais e sociais desiguais, postos em situação

meramente formal de igualdade. Assim, está constituída a “cidadania” política no Brasil. É nesse contexto também que as populações negras brasileiras ainda lutam por conquistar direitos de cidadania.

É com esses antecedentes históricos, nos contextos nacional e internacional, que situaremos a reconstrução das histórias dos três NEAB’s que se seguem.

3.2.

O Centro de Estudos Afro-Asiáticos, CEAA

É nesse contexto que surgiu o Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA), ligado à Universidade Cândido Mendes, em 1973. O centro teve origem no gabinete do presidente Jânio Quadros, que havia fundado o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA), com a intenção de estabelecer relações diplomáticas entre os países do chamado “terceiro mundo” e que foi posteriormente extinto pelo regime militar. O CEAA foi fundado por dois humanistas interessados nos problemas da realidade asiático-africana: Cândido Mendes e José Maria Nunes Pereira. No bojo das lutas pela emancipação das colônias europeias, em África e Ásia, o centro nasceu com o intuito de estudar as conjunturas políticas, tais como: o colonialismo, a política de *apartheid* e a descolonização africana.

O CEAA tinha como principal objetivo a integração da comunidade “terceiro-mundista” e para tanto buscava criar subsídios para a construção de uma idealizada identidade comum entre os países em vias de descolonização. Entre as muitas atividades do centro, ele promovia cursos, debates, palestras, seminários e publicações sobre a descolonização e a situação política nos continentes africano e asiático, em resposta à censura oficial sobre esses temas nos meios de comunicação de massa. Além disso, o centro implementou os primeiros intercâmbios internacionais e projetos de cooperação educacional brasileiros com os cinco países africanos de língua portuguesa, atualmente denominados como membros do PALOP¹³. Esse era um momento em que o governo brasileiro, sob o comando do general Emilio Garrastazu Médici, desalinava-se do

¹³ Os PALOP “São um conjunto de cinco países africanos de língua oficial Portuguesa, possuindo cada um deles diferentes características geográficas, econômica e demográfica.” (<http://www.ilo.org/inclusao-palop/pages/PALOP/PALOP/geral.htm>, acesso em 24 de junho de 2005).

colonialismo português e voltava aos seus interesses para os países africanos, especialmente os de língua portuguesa, com a intenção de abrir novos mercados para produtos e serviços brasileiros:

... as repercussões econômicas da nova política brasileira para África foram quase imediatas e, em poucos anos, de 1973 a 1977, por exemplo, o Brasil aumentou em mais de sete vezes suas exportações para o continente (Nunes Pereira In: Segura-Ramírez, 2000, 23).

O CEAA foi um dos primeiros espaços institucionais de grande relevância para se pensar as relações bilaterais entre países em desenvolvimento, sem estar sob a mediação dos países desenvolvidos. A constante preocupação que envolvia o CEAA era, inicialmente, a relação Brasil-África, o que levou a construção de um grande e raro acervo de documentação jornalística sobre o movimento negro brasileiro, sobre África, Ásia e suas correspondentes culturas (Sansone, 2004, 303).

Além desses aspectos do contexto internacional, o CEAA foi de grande importância para o surgimento e articulação dos movimentos sociais negros no Rio de Janeiro na década de 1970. No interior do centro, foram capacitados intelectuais negros que hoje são reconhecidas lideranças no ambiente político e cultural brasileiro (Monteiro 1991). A proposta do CEAA, segundo Nunes Pereira, era ao mesmo tempo acadêmica, por estudar os países africanos, e de se transformar em uma instância de resistência política:

A concepção do afro-asiático, embora grande parte de sua energia seja africana, era que nós deveríamos ser uma infra-estrutura. Tínhamos a cobertura política, [nós] a discutimos com a igreja: nós precisamos trabalhar com a questão racial aqui dentro da ditadura... [mas] assim não aconteceu (Nunes Pereira In: Segura-Ramírez, 2000, 26).

Essa construção com dupla preocupação – acadêmica e política - culminou em 1978 com o lançamento da revista **Estudos Afro-Asiáticos** (EAA). Vale ressaltar, que a publicação dessa revista só foi possível graças ao financiamento concedido pela Fundação Ford, através de um programa de pesquisa intitulado “Relações do Brasil com a África, seu impacto na sociedade brasileira em geral, e na comunidade negra em particular” (Nunes Pereira, 1991, 72).

Essa pesquisa gerou muitos frutos importantes, tais como: debates, seminários, publicações e, posteriormente, a criação do curso de extensão “História da África”, que passou a ser o carro-chefe do CEAA. Por tudo isso, essa linha de pesquisa passou a ter um grande significado político e acadêmico a partir do final da década de 1970.

Já anos 80, em conseqüências de mudanças ocorridas em relação à temática afro-brasileira, aquela linha de pesquisa se reorientou, instituindo-se o “Concurso nacional de monografias para estudantes de graduação” e o “Concurso de dotações para pesquisas sobre o negro no Brasil”, que buscavam incentivar a construção de trabalhos e estudos sobre o negro, realizados por estudantes de diversas áreas, com o apoio da mesma Fundação Ford¹⁴ – parceira histórica do CEAA.

A partir desse momento, pode-se dizer que o CEAA passou a ter um novo interesse. Desde então, a questão dos negros no Brasil, na terminologia utilizada na época, passou a ser privilegiada em detrimento das questões relativas às relações Sul-Sul. No entanto, isso não significa que os estudos africanistas foram abandonados pelo CEAA, muito pelo contrário, pois eles continuam até hoje. Evidência disso é que, a partir da década de 1990, o centro iniciou um projeto de intercâmbio Brasil-África, mais especificamente, um programa de bolsas de estudos para que estudantes moçambicanos finalizassem seus cursos de graduação em universidades do Rio de Janeiro. Desde então, começou a participação do CEAA na criação de programas de intercâmbio e de bolsas de estudos para estudantes africanos e, posteriormente, alunos provenientes da China, e das regiões de Ásia e Pacífico. O objetivo deste programa era estudar os problemas históricos e culturais da Ásia Oriental. Dessa forma, o CEAA foi gradativamente reorientando seu foco de ação, a partir de agendas socioculturais emergentes. No entanto, o curso de extensão “História da África” continuou sendo a principal referência daquele núcleo. Por esta razão, o CEAA foi, e ainda é, responsável pela construção e formação acadêmica de vários pesquisadores e professores da área.

Entretanto, é importante notar que naquele momento a realidade da população negra na sociedade brasileira, passou a ser entendida como uma questão a ser discutida pelo centro. Acreditamos que a emergência desse tema foi um dos principais motivos para uma cisão interna de interesses no CEAA, que levou a uma ruptura posterior, com a formação do Centro de Estudos Afro-Brasileiro - CEAB.

¹⁴ A Fundação Ford é uma organização privada, criada em 1936 por Edsel e Henry Ford, sendo também uma sociedade independente e totalmente separada da Ford Motor Company. Sua missão é dar suporte a pessoas e a instituições inovadoras em todo o mundo, comprometidas com a consolidação da democracia, a redução da pobreza e da injustiça social e com o desenvolvimento humano. (<http://www.fordfound.org/about/mission2.cfm>, acessado em maio de 2007)

Não podemos perder de vista o seguinte: como nascem os centros de estudos da década de [19]70. Na verdade, o interesse era estudar África. Os pesquisadores estavam interessados em estudar África. A revolução que [Carlos] Hasenbalg traz é olhar para o Brasil. Porque fica fácil você dizer que tem racismo na África, o fato de você estudar África não faz de você menos neofreiriano, muito pelo contrário (Dra. Joselina da Silva, pesquisadora do CEAB. Entrevista, 2005).

A partir de 1986, a Fundação Ford passou a exigir um maior profissionalismo nas pesquisas que financiava. Posto que o CEAA era muito dependente dessa fonte de financiamento, esse fato gerou algumas mudanças estruturais no centro que levaram o Reitor Cândido Mendes a convidar o sociólogo Carlos Hasenbalg para dirigir o CEAA. Hasenbalg já era então reconhecido como um importante pesquisador do tema das relações raciais, pois havia defendido nos Estados Unidos a tese de doutorado, intitulada **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil** (1979) e considerada um marco de ruptura de paradigmas. Para muitos, Hasenbalg é um autor importante porque sua obra rompe com os estudos antropológicos sobre a cultura negra geralmente passíveis de “exotização” e sem crítica às desigualdades políticas. Além disso, o novo diretor do CEAA questionava o paradigma do sociólogo Florestan Fernandes que considerava o Racismo um resquício da sociedade escravocrata que com o tempo desapareceria, na medida em que o negro estivesse plenamente integrado à sociedade de classes. A revista **Estudos Afro-Asiáticos**, segundo analisa o sociólogo argentino Segura-Ramirez (1998), passou então a publicar artigos científicos que relacionavam diretamente o conceito “raça” à desigualdade na distribuição dos bens econômicos e simbólicos na sociedade brasileira.

A chegada de Hasenbalg causou uma mudança profunda no CEAA, pois renovou o centro com a contratação de novos profissionais, cujas formações permitiam um aprofundamento acadêmico no tratamento de algumas questões pautadas pelo centro. É claro que a história do CEAA não é linear ou sem tensões pois, com a chegada do novo diretor, alguns pesquisadores foram substituídos e isso sempre causa ressentimentos. Além disso, ocorreram também mudanças significativas nos objetos tratados, sendo desenfaturados os estudos sobre África. O importante a ressaltar aqui é que, a partir de 1986, a revista **Estudos Afro-Asiáticos** abandona o tom de denúncia e o de contestação, típicos das militâncias dos movimentos sociais, para privilegiar uma outra forma de enfrentar o “problema do negro”, ou seja, por meio de sólidas e bem embasadas pesquisas acadêmicas. Com isso, a revista se tornou o principal veículo acadêmico de

publicação de pesquisas e estudos sobre as desigualdades raciais no Brasil. Segundo Segura-Ramirez (1998), podemos dividir a história do CEAA em três fases:

A primeira, que vai de 1973 a 1980, pode ser caracterizada como a etapa “terceiro-mundista”, na qual os problemas da situação colonial estavam principalmente pautados.

Uma segunda fase, que corresponde ao período entre 1980 e 1986, que pode ser descrita como a etapa de transição das realidades afro-asiáticas para a realidade dos afro-brasileiros.

Por último, há uma fase que vai de 1986 até 1996, que poderia ser chamada de “a época de Hasenbalg”, que corresponde ao tempo da consolidação dos estudos sobre as relações raciais na sociedade de classes (Nunes Pereira, 1991, 106).

Desde 1996 houve muitas mudanças no centro, dentre as quais, a mais importante – e que interessa a esta pesquisa – foi a criação do núcleo de estudos afro-brasileiros (NEAB), intitulado Centro de Estudos Afro-Brasileiro, ou CEAB, que é pouco estudado e do qual falaremos mais adiante.

3.3.

O CEAA e os movimentos sociais negros

É aceito por alguns dos mais relevantes estudiosos sobre o tema que ocorreu um ressurgimento dos movimentos sociais negros na década de 1970 na cidade do Rio de Janeiro. Héléne Monteiro (1991) analisou alguns momentos dessa história. Diz ela que:

Uma combinação de fatores propicia o ressurgimento do movimento, gerando, naquela conjuntura, uma convergência de interesses, ações e iniciativas de representantes de alguns setores e segmentos representativos da sociedade brasileira, sensíveis a refletir e agir frente à situação de desigualdade entre brancos e negros (Monteiro, 1991, 12).

Por que se pode falar de um ressurgimento do movimento negro no Rio de Janeiro na década de 1970?

Inicialmente, é preciso entender aquela conjuntura e conhecer algumas das iniciativas que renasceram em vários setores da sociedade brasileira. Como já foi comentada acima, a idéia de um movimento negro não era nova no Brasil da década de 1970, pois desde o início do século XX foram conhecidas muitas organizações culturais de

conteúdo afro consideradas como parte dos movimentos sociais negros, mencionados nos trabalhos de Elisa Larkin Nascimento (2003) e de Roger Bastide (1974). Em São Paulo, ocorreram os maiores movimentos sociais negros da história contemporânea brasileira. Na década de 1930, a paulista Frente Negra Brasileira teria se constituído em um partido político, caso não tivesse sido desmantelada pelo governo Vargas. Por outro lado, o Rio de Janeiro teve também a sua importância política do ponto de vista dos movimentos sociais negros, pois foi lá que o Teatro Experimental do Negro surgiu na década seguinte, sob a liderança de Abdias do Nascimento, reivindicando uma estética negra com um forte caráter político. Além disso, também no Rio Grande do Sul e outros Estados foram conhecidas muitas outras iniciativas desse tipo no começo do século, que poderíamos chamar de “entidades negras”, ao longo da história da Primeira República brasileira.

Para Hamilton Cardoso:

... as entidades negras são consequência direta de uma confluência entre o movimento abolicionista, as sociedades de ajuda e d’alforria e dos agrupamentos culturais negros. Seu papel é o de legitimar a existência do negro dentro da sociedade... (Cardoso In: Malaquias, 2006, 3).

Em meados dos anos 1960, com a instalação do regime militar no Brasil, o movimento negro que fortalecia desde o começo do século foi desmobilizado no contexto de enfraquecimento de diversos outros movimentos sociais brasileiros. Os mecanismos utilizados pelo regime militar foram os de censura, controle dos locais de reuniões dos movimentos organizados, exílio de intelectuais articulados e articuladores desses movimentos, prisões, torturas e tantas outras formas de opressão e cerceamento de liberdades democráticas. Com a ascensão do regime militar, a possibilidade que era construída da questão racial entrar para a agenda política nacional foi postergada. Uma evidência disso é que os censos produzidos pelo IBGE durante os anos do regime militar excluíram o item raça/cor como categoria de análise, que somente voltaria aos censos brasileiros a partir do final da década de 1970, com a lenta abertura política e o processo de anistia já em andamento.

A fundação do CEAA em 1973 foi fundamental para esse ressurgimento dos movimentos sociais negros e esteve diretamente ligada à militância, que encontrou naquele centro um lócus para a sua rearticulação. Muitos intelectuais dos movimentos

sociais negros acabaram, de certo modo, estabelecendo relações e contatos com os atores acadêmicos do CEAA.

Mas quem era esses intelectuais dos movimentos sociais negros?

Para responder a esta pergunta, Monteiro entrevistou algumas importantes lideranças daquela geração. Segundo a autora, esses intelectuais podem ser considerados como a “elite negra” da época. Essa pequena elite surgiu na época do surto de crescimento industrial e de urbanização pelo qual passou o Brasil nos anos 1950/60. Esses intelectuais faziam parte de uma primeira geração de negros universitários que conseguiram apropriar o “conjunto de reflexões que vinha sendo conduzido numa esfera onde até então os negros estavam excluídos: as relações Brasil-África” (Monteiro, 1991, 13). Cabe ressaltar que se deve entender o conceito de “elite negra” em relação ao resto da população negra e não em relação à elite brasileira em geral, pois essas mantêm uma disparidade bastante grande em termos econômicos, sociais e raciais. Segundo Florestan Fernandes (1965), como eram universitários e, portanto, conseguiam empregos melhores do que os dos seus pais, alguns membros dessa “elite negra” puderam inserir-se, ainda que lentamente, na sociedade de classes.

São esses intelectuais negros militantes que vão retomar a luta contra o Racismo no Brasil na década de 1970. Para fazer isso, já que não tinham espaço e nem apoio institucional em qualquer outra instituição do Rio de Janeiro, eles buscaram estabelecer relações com o CEAA e compartilharam as linhas temáticas de cada uma das fases pelas quais o centro passou. Por essa razão, os temas que os intelectuais dos movimentos sociais negros discutiam eram justamente: o “terceiro-mundismo”, a descolonização das colônias portuguesas em África e os direitos civis dos negros americanos, entre outros. Esses eram temas que certamente se referiam ao Racismo brasileiro de forma indireta, porém estavam bem afastados da realidade do negro no Brasil. É importante lembrar que naquele momento essa era a única forma que a militância social negra do Rio de Janeiro encontrava para se inserir e discutir a “questão racial” em um espaço institucional e acadêmico. Muitos universitários e profissionais liberais negros, provenientes de várias instituições cariocas, passaram a frequentar o CEAA, participando de cursos, seminários e palestras. Segundo Nunes Pereira:

A atuação a serviço da comunidade negra, através do amplo leque de suas instituições, bem como de organismos e centros ligados aos estudos afro-brasileiros constitui, por si só, um capítulo à parte na história do Centro (Nunes Pereira, 1991, 120).

Segundo Monteiro, embora o CEAA prestasse esse importante serviço à comunidade negra, as relações internas entre os militantes – supostamente de uma extração acadêmica menor - e os professores do centro não estavam isentas de tensões, que se materializavam sob a forma de disputas de saber-poder. Referindo-se ao cotidiano das relações com o vice-diretor do CEAA, José Nunes Pereira, o militante Paulo Roberto dos Santos, liderança dos movimentos sociais negros da época e membro do centro declara:

Não nego que ele foi importantíssimo colocando à nossa disposição muitas coisas. Mas durante muito tempo só ele sabia, só ele entendia, só ele tinha contatos. Ele realmente tinha muitos conhecimentos. Depois o movimento rompeu com isso. Passamos a ter os nossos próprios contatos, a viajar. Vários militantes foram para a África, fomos estabelecendo aos poucos os contatos e quebrou-se, em termos de Rio de Janeiro, o monopólio do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (Monteiro, 1991, 61).

Não seria possível assumir aqui que essa tensão era causada por questões de ordem racial, muito embora também não seja possível afirmar o contrário. Esse tipo de uso do saber-poder é perceptível em diversas esferas institucionais, e a universidade não é uma exceção neste caso. O que importa é que o CEAA abriu um espaço crucial para que o ressurgimento dos movimentos sociais negros fosse possível no Rio de Janeiro, na década de 1970. No balanço geral, a articulação dos movimentos sociais negros que ocorreu no interior do CEAA foi produtiva, sendo que foi durante as duas primeiras fases de existência do centro que as relações foram mais intensas, com a forte participação da militância.

Durante a terceira fase do CEAA, de 1986 a 1996, os objetivos foram outros. Com as independências dos países africanos já concretizadas, o tema perdeu relevância e o CEAA voltou a sua atenção para a realidade do negro no Brasil. Além disso, e como já foi dito anteriormente, um outro motivo para essa nova configuração eram os interesses do agente financiador principal, a Fundação Ford¹⁵, que buscava conhecer melhor a realidade das desigualdades raciais no interior da sociedade brasileira.

¹⁵ É importante lembrar que nesse momento a Fundação Ford também havia estabelecido uma parceria com o Núcleo da Cor, o NEAB da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ.

É curioso notar que nesse momento se estabelece um paradoxo que mereceria uma reflexão mais cuidadosa. Quando o CEAA volta o seu olhar para a população negra no Brasil, em substituição à realidade africana contemporânea, os movimentos sociais negros no Rio de Janeiro parecem afastar-se do CEAA.

O que explicaria essa situação? Não deveria ser justamente o contrário?

Primeiramente, é preciso lembrar que as mudanças ocorridas no CEAA foram mais além do que uma circunstancial transformação temática ou renovação de quadros profissionais, pois elas também, e principalmente, deslocaram o foco das atividades do centro do campo político para o acadêmico. A partir de 1986, o CEAA reforça a sua produção intelectual, conferindo-lhe grande profissionalismo acadêmico, fato que permitiu que essa fosse considerada como um salto de qualidade nos estudos sobre a realidade do negro brasileiro. Com a chegada de Carlos Hasenbalg, houve uma valorização do acadêmico, em detrimento do “militante à moda antiga”.

A própria concepção do que seria a contribuição do centro para os movimentos sociais negros é que se modifica. Como um sub-campo de conhecimento científico, o centro passou a escolher as novas “questões que importam”, os novos “objetos importantes” (Bourdieu, 2004, 25), para com isso dar legitimidade ao capital cultural da população negra, através do trabalho de uma instituição que assegurasse excelência acadêmica e a permanência desse capital ao longo do tempo (Augras, 2003, 102). Dessa maneira, buscava-se produzir um conhecimento científico que supostamente daria subsídios para uma intervenção social e construção de novas agendas políticas para a população negra, em base ao capital simbólico criado a partir do centro.

Alguns dos “militantes à moda antiga”, ao perceber essa transformação conceitual do CEAA, começaram a se retirar, buscando outros espaços para o exercício da sua militância. Além disso, alguns militantes já estavam construindo autonomia, como visto anteriormente, e buscavam outros espaços de atuação, pois o CEAA já se mostrava muito restritivo para as suas agendas. Uma parte da militância entendia que para um trabalho de politização de uma parcela maior da população negra seria necessário intervir de outras formas como, por exemplo, através de partidos políticos ou projetos pedagógicos em organizações culturais tradicionais da cultura negra, tais como, as escolas de samba, os terreiros e outros. Por último, é importante salientar que o ano de 1985 é o marco da

redemocratização do Brasil, momento após o qual a militância negra, como qualquer outra forma de militância de resistência social, passou a poder prescindir da proteção institucional para a sua existência.

3.4.

O Centro de Estudos Afro-Brasileiro, CEAB

O Centro de Estudos Afro-Brasileiro, CEAB, nasceu em 2002, na Universidade Cândido Mendes, como um desdobramento do CEAA, seis anos após a saída de Carlos Hasenbalg de sua diretoria. Em 1996, o pensamento de Hasenbalg era a principal referência de ação do centro, incluindo a linha editorial da revista **Estudos Afro-Asiáticos** (Segura-Ramirez, 1998). Inicialmente, a diretoria do CEAA foi ocupada pelo próprio reitor Cândido Mendes, sendo posteriormente substituído no cargo pelo professor Beluce Belluci quem se responsabilizou pela coordenação dos estudos africanos e asiáticos. Para a coordenação do programa de estudos afro-brasileiros, o Afro-Brasil, foi contratado o professor Lívio Sansone, que passou a centralizar os estudos voltados às relações raciais no Brasil.

Ao conjunto de tensões que já eram conhecidas pelos membros do centro somaram-se, então, às divergências políticas explícitas entre os professores Belluci e Sansone, que eram fartamente conhecidas pelos pesquisadores da casa:

Sempre houve um clima muito difícil entre o coordenador do Afro-Brasil, Lívio Sansone, e Beluce Belluci. Quando Sansone fez prova para a Universidade Federal da Bahia e passou, ele começou com gestões junto ao reitor para que houvesse um centro de estudos separado, porque trabalhar sob o comando de Beluce Belluci era muito difícil (Dra. Joselina da Silva, pesquisadora do CEAB. Entrevista, 2005).

Sansone estava hierarquicamente subordinado a Belluci no interior do CEAA, na medida em que os estudos afro-brasileiros eram uma espécie de núcleo ou grupo de trabalho do centro. As divergências pessoais, e as conseqüentes dificuldades de administrá-las, chegaram a um ponto insustentável que quase ocasionou a saída de um deles. Foi também nessa época que emergiu nos movimentos sociais negros e na academia o tema das políticas de ação afirmativa no Brasil. A partir disso e da percepção de que o programa Afro-Brasil reunia as condições de caminhar sozinho, Sansone juntamente com

outros pesquisadores da área dos estudos afro-brasileiros do CEAA propõem a criação de um centro de estudos afro-brasileiros independente.

... esse programa Afro-Brasil cresceu de tal forma, que não dava mais para que ele ficasse abrigado dentro do [centro de estudos] Afro-Asiático. Então a Universidade, por sugestões nossas, que éramos da parte Afro-Brasil, achou por bem criar o Centro de Estudos Afro-Brasileiro (Dra. Joselina da Silva, pesquisadora do CEAB. Entrevista, 2005).

Desta maneira, foi na conjunção das lutas internas do CEAA e de uma demanda que emergia da própria sociedade brasileira, que nasceu o **Centro de Estudos Afro-Brasileiro**, CEAB em primeiro de março de 2002. Assim que o CEAB foi criado, Sansone transferiu-se para a Universidade Federal da Bahia, passando o seu cargo de diretor para a socióloga Rosana Heringer, na época pesquisadora-colaboradora do CEAA. Quando Heringer assume o cargo de diretora do CEAB, as divergências e conflitos anteriores já estavam bastante atenuados. Também em 2002, o CEAA foi transformado por Belluci em Instituto de Humanidades, do qual o CEAB passou a ser subordinado. Ainda nesse ano, Heringer foi convidada por Belluci a fazer parte do corpo docente do Instituto e os conflitos foram minimizados:

... Belluci não me conhecia muito. Ele não tinha muita referência de quem eu era. Na verdade (...) coincidiu que no final de 2001 o Belluci criou o Instituto de Humanidades, que é um curso de graduação com: Letras, História, Ciências Sociais e Relações Internacionais. Eles recrutavam vários doutores na Universidade e me chamaram para dar aula. Então, em 2002 coincidentemente eu entrei para o CEAB e dei aula na primeira turma do curso de Sociologia I do Instituto de Humanidades. Quando me convidaram para dar aula o Belluci nem sabia que eu ia ser a pessoa que ia assumir depois. Eu só dei aula para uma turma. Aí o que aconteceu? Acho que minimizou, mas a impressão, a sensação que eu tenho é que a disputa não terminou. Ela ficou ali como um monstro adormecido (Dra. Rosana Heringer, diretora e pesquisadora do CEAB. Entrevista, 2006).

A partir de 2002 o CEAB funcionou sem grandes dificuldades, pois uma vez que autônomo e livre de conflitos de gestão, o centro pode apropriar a experiência, parte da história, do acervo e das capacidades técnica e intelectual que tornaram o CEAA uma referência importante para todos aqueles interessados em desenvolver estudos afrodescendentes brasileiros (Sansone, 2004, 303). Seguindo a orientação deixada por Hasenbalg, o CEAB dedicou-se, desde a sua fundação, às pesquisas sobre desigualdades raciais na sociedade brasileira e à investigação sobre aspectos culturais da população negra. O núcleo possuía um dos maiores acervos documentais do Rio de Janeiro sobre

temas como racismo, preconceito e discriminação racial. Da mesma forma que o CEAA, o CEAB desenvolveu atividades diversas, visando a capacitação e a formação de novos pesquisadores e ofereceu cursos para a atualização de militantes do movimentos sociais negros, embora não fossem essas a sua função e objetivos iniciais.

A perspectiva comparativa com outros países da diáspora africana orientava as ações e reflexões do núcleo, sendo especialmente contemplada em suas publicações e nos cursos oferecidos. Além disso, o CEAB atuou nas áreas de: relações raciais no Brasil contemporâneo; análise comparativa entre países da diáspora africana; cultura e religiosidade; racismo e discriminação racial e, mais recentemente, sobre as políticas de ação afirmativa e promoção da igualdade racial (Osmundo Pinho, Entrevista, 2005).

O financiamento das pesquisas existente no núcleo vinha de órgãos como a UNESCO, a Fundação Ford e o CNPq. Esse dinheiro era destinado às pesquisas e ao pagamento dos pesquisadores envolvidos. Não havia dificuldade financeira dentro do núcleo e eles não precisavam da parceria econômica com a Universidade (Joselina da Silva e Osmundo Pinho, Entrevistas, 2005; e Rosana Heringer, Entrevista, 2006). Todavia, ele não era um ente separado da mesma, usufruindo assim do seu espaço físico, entre outras coisas. Os anos de 2003 e 2004 foram anos de tranquilidade econômica para o núcleo, devido ao apoio das agências financiadoras:

As pesquisas em andamento eram as duas do CNPq, que financiava só as pesquisas. Quem pagava nosso salário era a Fundação Ford, não só dessas pesquisas, mas de todas as pesquisas. O nosso salário saía do financiamento da Ford, que tinha um sistema de pagar a cada seis meses. Antigamente o dinheiro do financiamento era todo entregue ao núcleo e nós íamos prestando conta (Dra. Joselina da Silva, pesquisador do CEAB. Entrevista, 2005).

Em 2003, a socióloga Rosana Heringer entregou a Diretoria do CEAB para o antropólogo Osmundo Pinho, em consequência do seu envolvimento com outras atividades de pesquisa fora do Rio de Janeiro, porém continuou como colaboradora do centro. A respeito da tranquilidade financeira do CEAB nessa época ela afirma:

... 2003 foi nosso ano de ouro. A gente conseguiu fazer tudo que o queria: cumprimos nosso planejamento, fizemos o Fórum de Iniciativa Negra (...) dois livros da coleção de traduções... (Dra. Rosana Heringer, diretora e pesquisadora do CEAB. Entrevista, 2006).

A partir do ano seguinte, a crise financeira pela qual passou a Universidade Cândido Mendes abalou todos os seus núcleos de estudo, entre os quais o próprio CEAB. A universidade teve que cortar gastos e o CEAB teve que utilizar recursos da pesquisa com gastos que pertenciam à universidade. Geralmente, os núcleos de pesquisa existentes nas universidades costumam captar seus próprios recursos para a pesquisa através de fundações e agências de fomento. Cabe às universidades fornecer toda a infra-estrutura para que tal núcleo possa exercer suas atividades. Ora, quando os núcleos de pesquisa ou centros de estudo começam a ter que arcar com despesas de infra-estrutura, fica muito difícil mantê-los.

Os recursos do (...) CEAB, para as atividades eram recursos da Fundação Ford. A gente não tinha nenhum recurso da universidade para pagamento de salários ou para desenvolver as atividades. Então a gente só sobrevivia porque a Fundação Ford apoiava e apostava no projeto (...) qual era a contrapartida da Universidade? Era o prédio, a luz, as linhas telefônicas (...) Material de consumo, o pó de café, o que fosse a gente tinha que viabilizar (...) Muito do equipamento foi comprado com o dinheiro do projeto, que virou patrimônio da universidade (...) Então, o primeiro ponto, eu acho que é esse (...) num quadro de crise é muito mais difícil você desenvolver solidariedade e tolerância (Dra. Rosana Heringer, diretora e pesquisadora do CEAB. Entrevista, 2006).

Essa é a explicação da universidade para legitimar os seus cortes de gastos e, principalmente, para justificar o fechamento do CEAB. Entretanto, é possível que haja outros motivos que não foram explicitados e nem cabe aqui serem especulados. No caso do CEAB, além das divergências internas, que vinham se escalonando desde a saída de Hasenbalg em 1996, desgastando as já complexas relações no interior do CEAA, é preciso enfatizar que há uma outra concepção de universidade que emergiu a partir da crise.

Como diz Heringer “num quadro de crise é muito mais difícil você desenvolver solidariedade”. Também, é verdade que em um quadro de crise prevalecem outras visões de mundo, menos solidárias e altruístas e mais utilitaristas e imediatistas. Nesse contexto passou a imperar na Universidade Cândido Mendes uma nova perspectiva sobre o papel da educação em geral e da universidade em particular. É importante lembrar também que em 1996 foi promulgada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, pela qual foi reconfigurado todo o sistema educacional brasileiro, a ser implementada no período de dez anos (1996-2007). A Lei Darcy Ribeiro, como ficou conhecida, teve como consequência uma mudança de estratégias e interesses das universidades, tanto públicas, quanto privadas.

E que nova visão é essa?

A resposta está em uma visão utilitária do papel da educação e de suas instituições, as escolas e universidades, transformadas em mera fornecedoras de uma determinada mercadoria: a educação. Essa é lógica de mercado que se instalou a partir da Lei Darcy Ribeiro. A grande maioria das universidades, para sobreviver, buscou se ajustar a essa nova orientação, ocasionando uma explosão de abertura de novas instituições de ensino superior de qualidade profundamente questionável. A Universidade Cândido Mendes, enquanto um estabelecimento de ensino privado, também teve que se ajustar a essa lógica, caso contrário, segundo os entrevistados, ela não iria sobreviver. A visão de Bellucci é essa mesmo, qual seja: a da universidade como uma empresa que deve gerar lucro.

Havia e há uma visão de Bellucci empresarial (...) a Universidade (...) dá lucro. Isso é o que ele mesmo diz (...) A Universidade Cândido Mendes não tinha muito esse caráter antes. Com as novas mudanças econômicas no país a Cândido acaba perdendo esse valor: a pesquisa que tinha antes, a ponto de dar a Bellucci o nível de poder que ele tem na Universidade hoje e já demonstra qual é a política hegemônica dentro da Universidade (Dra. Joselina da Silva, pesquisadora do CEAB. Entrevista, 2005).

É o olhar de alguém que não considerava aquilo ali um projeto da universidade (...) o reitor lavou as mãos, na medida em que ele deu um mandato para essa reestruturação. Ele se eximiu de qualquer responsabilidade (Dra. Rosana Heringer, diretora e pesquisadora do CEAB. Entrevista, 2006).

Assim como é verdade que esse conjunto de elementos foi profundamente importante para a tomada de decisão pelo fechamento do CEAB, é relevante lembrar, também, que a disputa interna por espaços e por reconhecimento acadêmico e profissional não deve ser minimizada. Além disso, seria interessante refletir sobre a natureza das outras motivações, posto que, se o tema de fundo era a necessidade de contenção de gastos, não haveria razões para o fechamento do CEAB, na medida em que ele estava completamente financiado externamente à universidade.

Que outras razões seriam essas?

Se pensarmos por meio de uma lógica de interesse econômico, é quase certo que os primeiros núcleos de pesquisa e centros de estudos a serem fechados seriam os menos lucrativos. De acordo com alguns entrevistados, os NEAB's, quando comparados com outros núcleos, são muito menos lucrativos em termos econômicos. Ora, como a nova visão seria a de transformar a educação em mercadoria, seria de se esperar que as mercadorias mais lucrativas deveriam ser preservadas e as de menor interesse no mercado

devessem ser suprimidas. É nesse sentido que alguns entrevistados analisam as razões menos confessáveis para a tomada de decisão pelo fechamento do CEAB.

Você pode ver, por exemplo, na ANPOCS¹⁶ existe um grupo muito pequeno de pesquisadores e que fica ainda em guetos de estudos. O grupo que está coordenando o GT de relações raciais na ANPOCS no ano passado foi reprovado porque não tinha um nome de um pesquisador de peso. Neste ano só se segurou porque tinha o Lívio [Sansone]. O que leva o nome não é o tema. Então esta academia tem contribuído muito pouco para que essa questão esteja no patamar que está hoje (...) Essa academia brasileira hoje ainda é uma academia neofreiriana. A academia brasileira ainda acredita nos conceitos como, por exemplo, a democracia racial (Dra. Joselina da Silva, pesquisadora do CEAB. Entrevista, 2005).

Foi em um contexto de crise financeira da Universidade Cândido Mendes, somada a luta por poder entre acadêmicos, que o Centro de Estudos Afro-Brasileiro (CEAB) foi “simplesmente” fechado em setembro 2005, de um modo inesperado.

Nesse ínterim, com as dificuldades econômicas que a Universidade argumenta ter enfrentado (...) resolve assim em uma tacada (...) de facção, sem muita conversa, sem muito aviso, sem muita explicação, dar término ao Centro de Estudos Afro-Brasileiro (Dra. Joselina da Silva, pesquisadora do CEAB. Entrevista, 2005).

Pode-se notar, por meio de algumas entrevistas realizadas para este estudo, que o uso da linguagem é muitas vezes mais revelador que propriamente aquilo que foi dito. Nas falas da pesquisadora negra do CEAB, chama a atenção a presença de palavras como “gueto”, “neofreiriano” e “facção”. Falar sobre Racismo no Brasil é ainda uma tarefa difícil e dolorosa que, pelo sofrimento humano que encerra, leva muitas vezes à utilização do mecanismo de evitamento. É preciso uma fina sutileza para encontrar na conjunção das duas citações acima a sugestão de uma outra racionalidade para o fechamento do CEAB que, pelo seu claro silenciamento, é certamente pouco confessável: o Racismo universitário.

Para José Jorge de Carvalho (2005), autor do conceito Racismo universitário, a universidade:

... tem contribuído para a reprodução da exclusão racial no Brasil simplesmente por desestimular a disseminação dos argumentos anti-racistas, seja por impedi-los de vir a público, seja por combatê-los através de subterfúgios a cada vez que são colocados na arena institucional (Carvalho, 2005, 76).

¹⁶

Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS).

Uma evidência importante da relevância dessa outra racionalidade – o Racismo universitário - para o fechamento do CEAB reside no fato de que uma das maiores pesquisas em andamento no núcleo – a pesquisa UNESCO, como era conhecida – encontrava-se totalmente financiada, articulando o centro com NEAB's de outros estados, com a militância social negra latino-americana e com a agência das Nações Unidas. A pesquisa UNESCO tratava-se de um esforço comungado de atualização dos resultados do Projeto UNESCO da década de 1950. O CEAB desenvolvia uma parte da pesquisa no Rio de Janeiro, enquanto o professor Sansone coordenava uma outra parte do mesmo esforço através do CEAO da Bahia.

No ano passado comemoraram-se os 50 anos do projeto UNESCO (...) nossa pesquisa é (...) “projeto UNESCO: cinquenta anos depois”. Ela é um diálogo direto com Costa Pinto (...) Essa pesquisa tem duas pernas: uma aqui no Rio de Janeiro, com um diálogo com o Costa Pinto, e outra do Lívio, com uma volta ao campo, na parte do Recôncavo baiano (...) No nosso caso, nesse diálogo há uma parte histórica que é ver o que ele não viu, ou o que ele deixou de fora (...) A outra parte é um mapa afro-cultural, um levantamento exaustivo das entidades do Movimento Negro hoje (...) no grande Rio de Janeiro (...) ainda tem um estudo sobre ações afirmativas e cotas (Dra. Rosana Heringer, diretora e pesquisadora do CEAB. Entrevista, 2006).

Em outras palavras, o que a ex-diretora do CEAB indica é que a questão financeira não havia se apresentado para o centro pelo menos até 2003. Muitos pesquisadores estavam com pesquisas em andamento, entre elas algumas financiadas por fundações ou agências de fomento à pesquisa como CNPq. O pleito da reitoria, segundo alguns entrevistados, era de que o dinheiro que mantinha as atividades do CEAB deveria ser repassado à Universidade para fazer frente à crise que a mesma vinha enfrentando. Posto que isso não fosse possível, todas as outras tensões se fizeram mais presentes levando à reitoria a tomar a decisão unilateral pelo fechamento do CEAB. No momento em que isso ocorreu, o centro tinha quatro projetos de pesquisa em andamento: um financiado pela Fundação Ford; outro pela UNESCO e dois pelo CNPq.

Em 2005, quando o CEAB encerrou as suas atividades, o Centro em questão contava com a participação de 13 pessoas, entre pesquisadores e funcionários, dos quais 11 eram negros.

3.5.

O Núcleo Interdisciplinar de Reflexão e Memória Afrodescendente, NIREMA

Diferentemente do CEAB que nasceu em uma universidade na qual já se desenvolviam atividades sólidas sobre as relações raciais no Brasil, incluindo estudos de pesquisadores e militantes sociais negros de renome no contexto acadêmico e social, o Núcleo Interdisciplinar de Reflexão e Memória Afrodescendente – NIREMA- nasceu em 2003, em uma universidade que não tinha seu nome ligado às discussões sobre questões raciais no país, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio.

Para que possamos entender como se deu esse processo de construção e consolidação do NIREMA, é necessário conhecer em que contexto se encontrava a PUC-Rio, no que se refere à implementação de políticas de inclusão social que mudaram o seu perfil, transformando a composição social e racial do seu corpo discente ao longo da década de 1990. Além disso, é importante conhecer também como se dão as pesquisas desenvolvidas no NIREMA, no contexto político das demandas por políticas públicas que emanam dos movimentos sociais negros no Brasil.

É importante lembrar que os NEAB's historicamente mantêm um diálogo, muitas vezes tenso, porém em alguns momentos profundamente orgânico, com os movimentos sociais negros. Os discursos da militância social negra definitivamente se nutrem dos estudos científicos sobre as relações raciais, ao mesmo tempo em que contribuem para pautá-los. Desta maneira, a contribuição dos NEAB's está principalmente apoiada sobre duas colunas: a sua produção de conhecimento científico e o seu caráter de lócus de discussão e articulação dos movimentos sociais negros. Essa parceria, às vezes direta, às vezes indireta, que se dá entre fluxos e refluxos, tem como beneficiário principal a própria sociedade, pois tanto a militância social negra quanto os NEAB's trabalham para pensar as mudanças estruturais da sociedade, no que diz respeito à população negra.

Ainda refletindo sobre esses “fluxos e refluxos”, no que se refere à militância social negra, ocorreu uma mudança em seus discursos a partir do final da década de 1980.

Segundo Malaquias:

... os discursos contemporâneos de resistência emanados pelos movimentos negros caminham dialeticamente no tempo e passam a reelaborar, construir e se apropriar de novos conceitos (anos 80 e 90) ligados aos Direitos Humanos e utilizados na intervenção do ativismo internacional, neste novo milênio, também pelos movimentos feministas, homossexual, indígena... (Malaquias, 2006, 4).

Portanto, a militância social negra brasileira entrou no contexto da “globalização” das lutas sociais no começo da década de 1990 e temas como o da política de ação afirmativa passaram a fazer parte dos seus discursos e das suas agendas. Além dessa pauta no elenco das novas demandas, encontrava-se a luta para a implementação de estudos sobre a cultura e a história dos povos africanos e da diáspora negra que se consolidaria na lei de janeiro de 2003. “A Lei 10.639 de nove de janeiro de 2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana é resultado das mobilizações históricas dessa militância social negra” (Malaquias, 2006, 4).

A agenda de trabalho proposta pelo NIREMA, no momento da sua construção, estava perfeitamente alinhada com essas duas perspectivas que claramente emanavam da sociedade. A evidência disso é o fato de que, já no seu estatuto fundador (NIREMA, PUC-Rio, 2003), o núcleo definia duas linhas de pesquisa, documentação e extensão, a saber: “História e Cultura Afrodescendente” e “Direito e Cidadania Afrodescendente”. A primeira linha definia como objetos centrais de estudo a história e a cultura afrodescendentes no Brasil, em perspectiva comparativa com os Estados Unidos, e sua ênfase residia nos aspectos relativos às identidades culturais e às formas de resistência social (NIREMA, 2003, 2). Do ponto de vista da temporalidade, o interesse maior das pesquisas compreendidas nessa linha estava colocado sobre o período da História republicana brasileira, na qual se identificavam as maiores lacunas sobre os temas relativos aos afrodescendentes brasileiros. A segunda linha, “Direito e Cidadania Afrodescendente”, ocuparia-se dos temas relativos aos direitos e à cidadania dos afrodescendentes no Brasil, da mesma forma comparativa em relação aos Estados Unidos, e sua ênfase estaria colocada sobre os aspectos relativos às ações afirmativas e aos direitos humanos. O interesse maior das pesquisas desenvolvidas por essa linha estaria no período pós-abolição, a partir do qual foram definidos os limites da cidadania, os critérios de inclusão/exclusão e os direitos sóciopolíticos da população afrodescendente brasileira.¹⁷

¹⁷Vide <http://sphere.rdc.puc-rio.br/sobrepuc/depto/nirema>

O processo de consolidação do NIREMA começou com o desenvolvimento de duas grandes linhas de ações. De um lado, buscando dar concretude aos dois primeiros incisos do Art. 7 do Estatuto do NIREMA que dispõe:

7. As atividades de documentação e divulgação serão desenvolvidas através de:
 - I. Construção, manutenção e ampliação sistemática do acervo de literatura secundária, relativo aos temas das pesquisas, através de um plano de aquisições ou de campanhas de doações;
 - II. Construção de um acervo de documentação primária, através de um plano de aquisições ou de campanhas de doações; (NIREMA, 2003, 2).

O núcleo estabeleceu parcerias com o Consulado Geral dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, com a Library of Congress e com o Ipeafro. Dessas parcerias, nasceram a biblioteca setorial no NIREMA e o projeto de classificação, descrição e digitalização do acervo da Coleção Abdias do Nascimento, cujas cópias foram disponibilizadas na Biblioteca da PUC-Rio. A idéia central por trás dessas atividades era construir uma base documental que possibilitasse o desenvolvimento das pesquisas nas duas linhas do núcleo, particularmente na área de História.

Por outro lado, foram desenvolvidos projetos de pesquisa com ênfase em direitos e cidadania, cujos temas centrais seriam os estudos sobre Racismo no Brasil e a implementação de ações afirmativas nas universidades brasileiras.

A implementação de programas de política de ação afirmativa no Brasil, para a inclusão da população negra nas universidades brasileiras, tem data muito recente, ou seja, o ano de 2002. Apesar disso, a mobilização dos movimentos sociais negros pela conquista desse direito está datada de pelo menos uma década antes. Como já afirmado por vários autores e pesquisadores da área, podemos assumir a *Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*, realizada em setembro de 2001, em Durban como o marco temporal inicial no que se refere às políticas de ação afirmativa no Brasil.

A Conferência de Durban foi importante não somente pelo documento final produzido, que explicitamente recomenda a adoção de tais medidas, mas também pela mobilização que acompanhou a preparação da comitiva que representou o Brasil no evento. O debate sobre discriminação racial tomou de assalto os meios de comunicação e no bojo desse processo, a adoção de programas de ação afirmativa para o ingresso no ensino universitário tornou-se pela primeira vez tema de debate público, ainda que incipiente (Peria In: Zoninsein & Feres Junior, 2006, 25).

As políticas de ação afirmativa podem ser definidas como um conjunto de estratégias políticas que visam favorecer grupos socialmente discriminados por motivos de raça, sexo e etnia e que, em decorrência disto, experimentam uma situação desfavorável em relação a outros segmentos sociais (Guimarães, 2003). Podemos pensar ação afirmativa também através do entendimento do conceito proposto pelos autores Sabbagh & Weiner. Para esses autores, a ação afirmativa corresponde a:

... qualquer medida que aloca bens – tais como ingressos em universidades, empregos, promoções, contratos públicos, empréstimos comerciais e o direito de comprar e vender terra – com base no pertencimento a um grupo específico, com o propósito de aumentar a proporção de membros desse grupo na força de trabalho, na classe empresarial, **na população estudantil universitária** e nos demais setores nos quais esses grupos estejam atualmente sub-representados em razão de discriminação passadas ou recentes (Sabbagh & Weiner In: Zoninsein & Feres Junior, 2006, 22). [Grifo nosso].

Percebe-se com isso que os objetivos das ações afirmativas se pautam em:

- i) concretizar a igualdade de oportunidades;
- ii) produzir transformações de ordem cultural, pedagógica e psicológica, que visem remover do imaginário coletivo as idéias de superioridade racial, sexual ou de qualquer outra ordem, bem como a decorrente subordinação racial e de gênero;
- iii) criar as chamadas “personalidades emblemáticas” para servirem de exemplo às gerações mais jovens;
- iv) conscientizar a sociedade sobre existência do Racismo e da desigualdade, e
- v) conscientizar sobre diversidades étnica, racial, sexual e de gênero, cuja existência garante a possibilidade real de uma sociedade democrática.

A adoção de uma política de ação afirmativa pode gerar uma maior equidade entre grupos raciais diferentes, em um mesmo espaço, que antes era designado apenas para um grupo socioeconômico e racial definido.

A História recente da PUC-Rio está marcada pela adoção de uma política de inclusão social cujas conseqüências se aproximam muito de uma política de ação afirmativa em relação à população negra. Como explica Heringer, a partir de um trabalho de mapeamento de ações realizados no Rio de Janeiro entre 1999 e 2000, notamos ações que poderiam ser classificadas como “política de ação afirmativa” mesmo sem o uso dessa nomenclatura (Heringer, 2001). É a partir dessa perspectiva que percebemos as mudanças

ocorridas durante pouco mais de dez anos de política de inclusão de alunos provenientes de pré-vestibulares comunitários e populares em rede na PUC-Rio.

A PUC-Rio desenvolveu no ano de 1994 um programa que favorece a entrada de alunos de baixa renda na universidade. Uma proposta que se voltava, a princípio, para a uma inclusão social, focalizada nas comunidades pobres, atinge indiscutivelmente um grande leque da população negra que está presente na baixada fluminense, e nas periferias cariocas. Isso se torna visível e exige da universidade uma revisão dos seus valores “tradicionais” para incorporar as demandas dessa população.

Desde 1994 esta universidade vem desenvolvendo um programa com o objetivo de favorecer o acesso de estudantes de camadas populares e afrodescendentes aos seus cursos de graduação em “parceria” com diversos pré-vestibulares comunitários e, mais especificamente com o Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), de concessão de bolsas de estudo – integrais e não reembolsáveis – para os diversos cursos oferecidos pela Universidade aos alunos/as que obtivessem aprovação no exame vestibular (Almeida, 2003, 102).

Portanto, se analisarmos o programa desenvolvido pela PUC-Rio à luz do entendimento das políticas multiculturais de âmbito local, proposta pelas Nações Unidas em 2004, podemos perceber a atitude afirmativa desenvolvida pela universidade desde 1994.

As políticas multiculturais nacionais visam a melhorar as estratégias de desenvolvimento em cinco áreas: i) ações para assegurar a participação política de diversos grupos culturais, ii) políticas que tratam de religião e de práticas religiosas; iii) políticas sobre leis consuetudinárias e pluralismo jurídico; iv) políticas sobre o uso de múltiplas línguas; v) **políticas que buscam reparação da exclusão socioeconômica** (Zoninsein & Feres Junior, 2006, 12). [Grifo nosso].

Com esses fortes antecedentes históricos, sociais e políticos é que se estabeleceu o Núcleo Interdisciplinar de Reflexão e Memória Afrodescendente – NIREMA- na PUC do Rio de Janeiro. Como outros NEAB’s, o NIREMA tem o objetivo de trazer para a academia questões relativas à população negra de forma acadêmica e sem mistificações. O núcleo surgiu em 2003, como resultado do trabalho de um grupo de professores de vários departamentos da universidade, especialmente os departamentos de História, de Serviço Social e de Sociologia e Política. Segundo o estatuto fundador do núcleo, o NIREMA tem como objetivos:

- i) Promover pesquisas interdisciplinares e comparadas Brasil - Estados Unidos, cujos objetos de estudos estejam vinculados ao patrimônio cultural afrodescendente;

- ii) Construir, manter e ampliar sistematicamente, em cooperação com instituições nacionais ou estrangeiras, públicas ou privadas, um centro de documentação e memória afrodescendente;
- iii) Divulgar sistematicamente os avanços e resultados das suas atividades;
- iv) Promover o desenvolvimento de disciplinas acadêmicas relativas ao patrimônio cultural afrodescendente no Brasil e nos Estados Unidos, para programas de graduação, extensão e pós-graduação;
- v) Promover a criação e o desenvolvimento de currículos e material didático-pedagógico para o ensino fundamental e médio, sobre temas relacionados ao patrimônio cultural afrodescendente (NIREMA, PUC-Rio, 2003, 1).

Entre os professores que contribuíram para a construção do NIREMA estavam Ângela R. Paiva, Denise P. R. da Fonseca, Marco Antonio V. Pamplona e Monique Augras, cujas pesquisas individuais em suas áreas de estudo relacionavam-se de alguma maneira com os interesses do núcleo. O evento realizado em novembro de 2002, na PUC-Rio em colaboração com o Consulado Geral dos EUA propiciou a criação do NIREMA. O encontro, intitulado “Resistência e Inclusão”, permitiu congregar professores, alunos, atores da militância social negra e outros agentes, que estavam interessados em fundar um núcleo de pesquisa sobre o tema na PUC-Rio, onde já se percebia a necessidade de aprofundar essa reflexão após quase dez anos de ações afirmativas.

Além disso, não podemos deixar de mencionar a coincidência desse interesse com os das agências de representação do governo americano no Rio de Janeiro. Para a realização do evento que catalisou a criação do NIREMA, a PUC-Rio contou com o apoio financeiro e a iniciativa do Consulado americano. A extensão dos interesses daquele consulado em relação à universidade transcendia a realização do evento, buscando criar bases para a realização de acordos de cooperação, intercâmbio e pesquisas interdisciplinares e comparativas sobre a população negra. De fato nos anos seguintes, o NIREMA contou com o apoio daquelas agências para a realização de alguns dos seus projetos mais importantes, tais como: a aquisição de acervo de literatura secundária, digitalização de coleção documental primária, publicações, realização de eventos, envio de dois estudantes afrodescendentes da PUC-Rio para intercâmbio de estudos na Harvard University, entre outros.

Cabe perguntar: qual a importância de um NEAB como o NIREMA que é mantido por uma instituição privada de ensino superior que aparentemente não tinha uma história de discussão racial?

Primeiramente, é importante lembrar que embora seja certo que a PUC-Rio não tinha uma tradição de participação nas discussões dos movimentos sociais negros, é também verdade que a universidade já contava com um corpo discente negro numericamente importante e politicamente ativo e que não existia ainda um espaço próprio de reflexão dentro da estrutura da instituição.

Retomando o tema das tensões, vale lembrar que não necessariamente todos os estudantes negros da PUC-Rio desejavam a criação de um núcleo como o NIREMA, nem mesmo iriam aceitar o núcleo quando ele foi criado, e as duas coisas foram verdades dentro da PUC. Por outro lado, é importante lembrar também que muitos dos estudantes negros da PUC não se viam como “negros”, nem desejavam questionar a sua própria imagem.

Nessa perspectiva, caberiam duas discussões importantes: a primeira sobre construção de identidade e a segunda sobre a contribuição de um NEAB para o enfrentamento do chamado “racismo acadêmico” (Carvalho, 2005), temas que estaremos enfrentando mais adiante.

Na gênese da criação do NIREMA, a exemplo do que ocorreu com o CEAA e com o CEAB, também sub-campos de conhecimento científico construídos por uma instituição privada, havia um interesse pelo tema das relações raciais no Brasil que emanava da sociedade, além da possibilidade de estabelecimento de parcerias com agências de representação do governo americano, igualmente interessado pelo tema. Mas a construção e consolidação dos NEAB's se dão, como já vimos anteriormente, através de relações carregadas de tensões:

... o fato de o núcleo ter nascido de uma parceria inicial com os Estados Unidos (...) não é um privilégio, nem uma prerrogativa do NIREMA (...) (o tema das relações raciais) está na pauta das relações internacionais dos Estados Unidos, mas também está na pauta das universidades, senão não haveria o diálogo (...) nós já tínhamos nesse momento entorno de 400 a 500 estudantes afrodescendentes na PUC (...) havia não apenas um conjunto esparsos de professores que tinham pesquisas individuais (...) mas havia também um corpo de estudante que estava lá se organizando (...) começando a pressionar por (...) currículos que apreciassem a sua especificidade cultural, os seus problemas, as suas questões (...) Também não vou (...) dizer que o núcleo nasce de cima para baixo (...) Ele nasce das duas coisas, de dois movimentos: (...) de uma base dentro do corpo discente da universidade, que foi se transformando e trazendo questões novas e exigindo ser visto e ser apreciado. O fato de chegar a parceria, leia-se também, a agenda política americana, faz com que a gente possa viabilizar uma série de atividades e iniciativas, que não seriam possíveis se a gente não tivesse recursos financeiros para isso (Dra. Denise Fonseca, pesquisadora do NIREMA. Entrevista, 2005).

A necessidade de se estabelecer relações de parceria para enfrentar a questão do financiamento para as pesquisas e para o próprio funcionamento dos NEAB's foi uma questão que estava presente na criação do NIREMA, bem como foi uma constante para a manutenção do CEAA e do CEAB, como já discutido anteriormente. Essa necessidade decorre também da crônica ausência de recursos nas instituições brasileiras para o financiamento de pesquisas sobre a questão do negro no Brasil, o que tem funcionado como uma poderosa ferramenta para a desmobilização das questões raciais:

Esse é um outro dado da questão negra (...) hoje todo mundo entende como importante e relevante (...) ninguém tem dinheiro para essa questão (...) que é uma forma de desmobilizar (...) os Estados Unidos tinham e queriam gastar com isso (...) o movimento estava instalado dentro da universidade, havia núcleo estudantis de reflexão dentro da universidade, já havia pressões sobre as graduações para que começasse a aparecer esses temas nas graduações, particularmente nos departamentos de História (...) e Sociologia. E apareceu dinheiro sobre a mesa... (Dra. Denise Fonseca, pesquisadora do NIREMA. Entrevista, 2005).

O NIREMA completou três anos em junho de 2006 e, apesar da parceria de algumas agências americanas, a dificuldade para captar recursos é uma preocupação constante. Essas parcerias garantem pontualmente financiamento para algumas atividades, tais como: aquisições de livros, realizações de eventos, construção de acervos documentais, intercâmbios de alunos e professores, etc. É importante frisar que os núcleos de estudo costumeiramente não são financiados pelas universidades, funcionando nos seus interiores de forma independente. Normalmente, as universidades apenas cedem espaço físico, infra-estrutura e capacidade instalada. Essa é a realidade do NIREMA, assim como o foram as realidades do CEAA e do CEAB, conforme visto anteriormente.

Em termos de pesquisas, o que se assiste hoje no NIREMA é ao desenvolvimento de projetos apenas da linha “Direito e Cidadania Afrodescendente”. Desde a concepção do núcleo até hoje, a linha de pesquisa “História e Cultura Afrodescendente” não desenvolveu projetos. Não pretendemos fazer aqui uma análise das pesquisas desenvolvidas atualmente pelo núcleo, e sim almejamos entender de que forma o funcionamento e atuação do núcleo têm contribuído para o enfrentamento do Racismo no Brasil em geral e na universidade, como um microcosmo do mesmo, ao contribuir para fortalecer as identidades afrodescendentes brasileiras.

O NIREMA deu início às suas atividades em 2003, a partir do desenvolvimento de um projeto financiado pela Fundação Ford, que englobou uma pesquisa intitulada “Afirmando a diversidade no Rio de Janeiro: um estudo sobre discriminação e Racismo e a implementação do observatório jurídico”. Esse projeto é coordenado pela professora Elielma Machado, do Departamento de Sociologia, e no ano de 2005 foi convidado o professor Sergio Abreu do Departamento de Direito para coordenar as atividades do Observatório jurídico.

Inicialmente, o NIREMA contava com seis bolsistas, alunos de graduação de diversos departamentos, como forma de afirmação do caráter interdisciplinar do núcleo. Atualmente, o núcleo conta com cinco estagiários bolsistas da pesquisa “Afirmando a diversidade”, dois estagiários atuando nas pesquisas do “Observatório jurídico”, três assistentes na pesquisa de acompanhamento e monitoramento de políticas de ação afirmativa nas universidades brasileiras. Junto a eles, trabalham nesse projeto quatro pesquisadores contratados.¹⁸ No total, trabalham hoje no NIREMA 14 pessoas, entre professores e alunos.

Em 2005, a professora Elielma Machado descreveu assim as atividades de pesquisa do núcleo:

... nós temos agora uma pesquisa que está em andamento que é sobre o mapeamento das ações racistas nos meios de comunicação, mais especificamente nos jornais, mídia impressa no Rio de Janeiro. Nós estamos pegando o levantamento nos últimos vinte anos, a partir do período um pouquinho anterior da Lei Caó, que é de 1989, (...) textos sobre denúncias de discriminação e racismo nos meios de comunicação. Nós temos quatro estagiários nessa pesquisa, são alunos bolsistas aqui do núcleo (...) um aluno de Serviço Social, um aluno de Geografia, dois alunos de Ciências Sociais e eu coordeno essa pesquisa. Também nessa linha, dentro desse mesmo projeto, tem o “Observatório jurídico”, que a idéia é a partir dos casos (...) mapear quais são, pegar um caso padrão para ser analisado por um professor também daqui, mas da área de Direito. Ele vai analisar e fazer quais são os argumentos prós e contras, quais são os argumentos de estruturação e defesa nos casos de acusação de racismo. Esse projeto (...) teve o financiamento pela Fundação Ford, é um financiamento para dois anos (...) com o observatório jurídico e o levantamento na mídia sobre os casos de discriminação. O outro projeto é sobre ações afirmativas nas universidades (...) para fazer um mapeamento e um monitoramento de quantas universidades hoje no Brasil tem lei de cotas, quais são as medidas adotadas. Será que só são leis? Além de leis de cotas, têm outras medidas complementares para esses alunos? Essa pesquisa também terá a duração de dois anos. Vai começar agora nos próximos meses e também tem a perspectiva de montar uma equipe, novamente interdisciplinar, possivelmente com o número de cinco pessoas atuantes nessa área (Dra. Elielma Machado, pesquisadora do NIREMA. Entrevista, 2005).

¹⁸

Dados coletados dos relatórios de atividades dos próprios estagiários.

Em resposta à pergunta que nos propusemos anteriormente, qual seja: de que forma o funcionamento e a atuação do núcleo têm contribuído para o enfrentamento do Racismo? É importante perceber que a equipe do NIREMA hoje conta com uma maioria de alunos afrodescendentes, como conseqüência de um crescente interesse dos estudantes negros da PUC-Rio pelo tema das relações raciais, o que é uma evidência de que já há uma outra “geração” de estudantes negros da PUC-Rio que reconhece o núcleo como um nicho importante para essa discussão.

Importa também salientar, a partir da observação do próprio desenvolvimento das pesquisas no NIREMA bem como na fala da professora entrevistada, que os temas que mobilizam a atenção dos pesquisadores do núcleo, e que atraem os financiamentos para pesquisas, estão diretamente ligados às preocupações sociais mais relevantes para a sociedade brasileira hoje, no que se refere às relações raciais: as ações afirmativas e o Racismo. Isso é uma evidência brilhante da articulação dos NEAB's com as pautas políticas que estão presentes na sociedade, bem como da capacidade dos NEAB's de contribuir para o enfrentamento do Racismo.

Adicionalmente, o caráter interdisciplinar dos NEAB's afrouxa as amarras conceituais e metodológicas das áreas disciplinares, criando a possibilidade de enfrentar com maior eficiência e criatividade, no interior desses sub-campos de conhecimento científico, o tema das relações raciais que é interdisciplinar por natureza. De volta às tensões, como as construções de conhecimento implicam em negociações de poder, nem sempre essa possibilidade se realiza, na medida em que as diferenças de formação podem funcionar como barreiras importantes.

Apesar de todos esses aspectos positivos, é sempre bom manter em perspectiva que os NEAB's estão permanentemente ameaçados de fechamento pela possibilidade de limitação de recursos financeiros. Como já foi sugerido antes, esse pode ser entendido como um mecanismo de enfraquecimento da questão. Um fator complicador para a consolidação do NIREMA e para a manutenção de outros NEAB's do Rio de Janeiro foi que esta explosão da demanda pela compreensão das questões raciais no Brasil, que ocorreu em decorrência da discussão sobre o sistema de cotas e ações afirmativas na

sociedade, aconteceu em um momento no qual a universidade brasileira vem atravessando uma crise de grandes proporções.

Há 20 anos atrás você tinha dinheiro de fundações (...) no país. Era mais fácil aprovar um projeto de pesquisa (...) as universidades estão todas falidas. As universidades públicas estão todas sem verbas (...) estão todas atrás de projetos (...) O núcleo da PUC está sendo criado em um momento de muita escassez de recursos para o ensino superior. A própria PUC tem que estar preocupada que todos os projetos sejam viáveis. Se a gente criar um núcleo que é só prejuízo para PUC (...) não consegue nada... (Dra. Ângela Paiva, diretora do NIREMA. Entrevista, 2005).

Essa escassez de recursos é algo recorrente nas falas de quase todos os entrevistados e isso talvez se deva porque outros campos de conhecimento científico têm prioridade nas agências de fomento brasileiras, como CAPES e CNPq, a exemplo das áreas de pesquisa em alta tecnologia. Essa hierarquia de campos de conhecimento científico, que emana de certa concepção de sociedade e desenvolvimento, sugere uma desvalorização da questão social no Brasil e da questão das relações raciais.